



DO FUNDO DE UM CUBÍCULO O DETENTO CLAMA POR JUSTIÇA: TENTATIVAS DE FUGA E CONTESTAÇÕES NA CASA DE DETENÇÃO DO RECIFE EM 1955

Lucas Vieira da Silva Santos

Mestrando em história pela Universidade Rural de Pernambuco (UFRPE)

lucasvdss@gmail.com

Dentro do microcosmos carcerário, as fugas ou tentativas devem ser tomadas como fruto de uma infrapolítica gestada nos ambientes prisionais. Dito isto, este trabalho propõe analisar e reconstruir, a partir de um inquérito administrativo, a tentativa de fuga de três sentenciados em 1955 na Casa de Detenção do Recife. De modo que seja possível pensar em objetivos compartilhados como agentes catalizadores de ações audaciosas. José Julio dos Santos, Antônio Francelino (vulgo laranjeira), e Minervino Antero tentaram escapular-se coletivamente. José Julio portava uma faca peixeira que conseguiu subtraindo do rancho onde trabalhava. Já Antônio Francelino era acusado de matar o guarda Teófilo, a golpes de faca, assim como a um popular que circundava as proximidades da região. Laranjeira foi detido na rua Imperial pela rádio patrulha e ao ser reconduzido à casa de detenção, afirma ter sofrido espancamento por parte da polícia e recolhido à uma cela de castigo. No dia seguinte sofreu ainda um atentado estando na mesma cela e castigo por dois detentos portando facas, resultando-lhe graves ferimentos que necessitaram de atenção médica por dois meses no pronto socorro. Isso sucederá em um processo de longa perseguição por parte de guardas e reclusos que desaprovaram a empreitada de Laranjeiras ao assassinar o guarda Teófilo, reconhecido na instituição por ser muito bem quisto entre os detentos e companheiros da guarda. Essa retaliação constante chega ao conhecimento do Diário da Noite, estampando uma de suas manchetes e suscitando discursos que adotam ou planejam adotar um vocabulário

humanitário ao denunciar a condição penosa que enfrentara o sentenciado Antônio Francelino.

Palavras-chave: Prisões; fuga; Casa de Detenção do Recife.

Fugas e contestações na Casa de Detenção do Recife

As fugas ou tentativas devem ser tomadas como fruto de uma infrapolítica gestada nos ambientes prisionais. A partir de um inquérito administrativo produzido à raiz da tentativa de fuga de três sentenciados em 1955 podemos, por exemplo, documentar e reconstruir um pouco melhor como objetivos comuns podiam organizar ações audaciosas. José Julio dos Santos, Antônio Francelino, vulgo laranjeira e Minervino Antero tentaram escapular-se coletivamente. José Julio portava uma faca peixeira que conseguiu subtraindo do rancho onde trabalhava. Para facilitar a fuga os indivíduos selecionaram especificamente o dia de domingo, por se tratar do dia direcionado para a visita, a guarda da detenção que já se encontrava menos numerosa do que deveria, era obrigada a dividir turnos e atenção para fiscalizar o evento semanal. Com isso, os fugitivos subiram em uma pilha de pó de serra amontoada em frente a oficina de sapataria, ganhando acesso ao telhado da referida oficina e conseqüentemente os possibilitando escalar a muralha da instituição. O percalço seguinte a ser vencido pelos sentenciados se dá em função dos fios elétricos que reforçavam a segurança e excepcionalmente se encontravam desligados nesta data, mas antes de tal fato ser constatado, a fiação simbolizava um elemento que poderia frenar a ação, já que dois anos antes, em 1953, o encarcerado conhecido como “Seu biu” tentou se evadir e ao avançar pelo muro ali mesmo ficou preso e carbonizado.

Minervino foi morto ainda ao escalar a muralha por um soldado da guarda que estava a postos na guarita. Já Antônio Francelino é acusado de matar o guarda Teófilo, a golpes de faca, assim como um popular que circundava as proximidades da região, não sendo o bastante, consta ainda em seu inquérito a responsabilidade pelo ataque a golpes de faca em um cachorro que se agitou com a abrupta movimentação na região. Laranjeira foi detido na rua Imperial pela rádio patrulha e ao ser reconduzido à casa de detenção, afirma ter sofrido espancamento por parte da polícia e recolhido à uma cela de castigo. No dia seguinte, sofre um atentado, dentro desta cela, por dois detentos

portando facas, produzindo-lhe graves ferimentos que necessitaram de acompanhamento clínico por dois meses no pronto socorro.

Analisar movimentos de amotinação coletiva, rebeliões, fugas ou qualquer que seja o fenômeno anti-disciplinar que possa irromper entre as grades, grilhões e pátios de uma prisão demandam atenção especial, principalmente no concernente às suas peculiaridades, visto que tais eventos dificilmente podem ser categorizados homogeneamente a partir de motivos irreduzíveis ou absolutamente determinantes, nem mesmo a condição insalubre, restritiva e não raramente violenta pode ser apontada como um elemento decisório para um empreendimento tão audaz quanto a que nos propomos a discutir. Práticas contestatórias deste nível, que colocam em xeque e rompem completamente com a imposição disciplinatória de instituições tão intransigentes (ou quase) quanto as prisões, representam indiscutivelmente um atestado máximo quanto ao fracasso do sistema e administração punitiva que adotam a restrição de liberdade como modelo correcional, já que a incursão forçada por entre os muros chama a atenção para problemas que talvez estivessem escondidos abaixo do fino véu da superfície, principalmente se estes forem denunciados por algum veículo de imprensa, denotando também o fracasso do próprio estado em encarcerar, reabilitar e gerir um ambiente adequado para acomodar este processo.

O cotidiano carcerário, como nos mostra este inquérito, é constituído por distintas relações interpessoais e dinâmicas próprias e heterogêneas de um sistema sociocultural exógeno a prisão. Desde as motivações individuais de fuga, onde o sentenciado José Julio dos Santos afirma ter sido influenciado pela condição de debilidade vital de sua mãe, até o a estratégia adotada para configurar a fuga – Utilizando de prerrogativas logradas pelos ofícios que lhes foram incumbidos a fim de viabilizar a consecução de seus interesses – e nesta mesma conjuntura delimitamos as relações de poder, desta vez operadas, inicialmente, a partir de um levante fundamentado na tentativa de evasão do cárcere e mesmo após Laranjeira ser submetido à derradeira repressão física e tentativa de assassinato, este ainda se utiliza das capilaridades de poder em aspecto pugnaz ao relatar, em uma carta direcionada ao jornal Diário da Noite, estes acontecimentos. As vivências sociais prévias destes indivíduos devem ser consideradas elementos de ingerência (em caráter adaptativo ou não) à sua presença dentro do maquinário punitivo já que estas podem ser encaradas como força motriz de suas escolhas e associações, tornando vivo o organismo carcerário.

“Do fundo de um cubículo o detento clama por justiça”

No dia 17 de agosto de 1955 a seguinte manchete estampa a página de mais uma edição diária do periódico Diário da Noite “Do fundo de um cubículo o detento clama por justiça”, um de maior circulação na capital Pernambucana por tratar de assuntos cotidianos de uma realidade urbana, assim como crimes que assolavam a região. A linguagem sensacionalista direcionava o leitor para uma carta de denúncia encaminhada pelo próprio Laranjeiras ao jornal como pedido de socorro por supostamente ter sido vítima de diversas tentativas de assassinato em retaliação ao homicídio de sua autoria contra o guarda Teófilo, que era muito bem quisto tanto pelos prisioneiros, quanto pela administração da detenção.

Laranjeiras afirma que a perseguição sofrida tem chancela da administração da Casa de Detenção, assim como de seus representantes. Inclusive, sugere que os guardas tenham realizado uma arrecadação financeira em conjunto no valor de dez mil cruzeiros (Valor que coincidentemente foi repassado pelo estado à Viúva de Teófilo) para financiar três reclusos conhecidos como Cavalo Preto (Sebastião Manoel dos Santos), Vicente Motorista (Vicente Francisco dos Santos) e Ferreirinha (Djalma Ferreira da Silva) para empreenderem o primeiro ataque, a golpes de faca, que quase tirou sua vida. Afirma também que foi envenenado através de sua alimentação, no entanto, nada consta no inquérito administrativo a respeito. Muito pelo contrário, já que após a perícia realizar a análise do item apontado por ele como supostamente adulterado, nada foi encontrado. Esse discurso rapidamente foi redirecionado para um caminho que aponta as más condições de vida e insalubridade existente entre os raios da CDR. Narrativa essa comumente apropriada e interpelada por parcelas dirigentes da sociedade no final do século XIX e início do século XX, a fim de anular ou afastar as prisões dos núcleos urbanos, de modo a apagar do imaginário coletivo a silhueta desses personagens que constantemente eram indicados pela opinião pública como um monumento do que deveria ser ocultado de uma sociedade moderna e civilizada.

Dito isto, vale uma leitura a contrapelo de perspectivas eugenistas comumente plasmadas nas prisões durante as primeiras décadas do século XX, por parte de uma elite social que apontava estas instituições como epicentros de disseminações epidêmicas – Sabe-se que a maioria das moléstias difundidas dentro das prisões, chegavam nestes espaços de maneira externa e por lá se difundiam já que se tratava de um ambiente de considerável insalubridade, intensificando o martírio da privação de

liberdade. Estes grupos também classificam a prisão como uma escola do crime onde o preso ao invés de se recuperar, contamina-se através do convívio com os outros detentos. “O emprego das palavras típicas da retórica científica – “contágio”, “viveiros” e germes- é expressivo do discurso de saneamento e de profilaxia social” (PEDROSO, célia, 2002, p.97). Apesar de todas as ressalvas o cárcere ainda era visto como um local ideal e justo para que fossem cumpridas as penas, mesmo se isso significasse que as lamúrias encontradas atrás das grades ali permanecessem, escondidas debaixo do tapete.

Ainda sobre as denúncias de Laranjeiras, nos é cabível pontuar certas singularidades quanto a adesão de um vocabulário humanitário por parte do órgão de imprensa ao escrever “Afinal de contas, toda essa gente que se encontra recolhida à Casa de Detenção, apesar do crime que cometeu, é humana. Não pedem liberdade ou regalias, apenas clamam por justiça”. (Diário da Noite, 17 de agosto. 1955, p.4). A declaração universal dos direitos humanos promulgada em dezembro de 1948 decerto pode ser tomada como muito recente para realizar influências tão contundentes em tão pouco tempo de existência, ainda que possa ser atribuída a ela parte do mérito em conscientizar e promover a discussão em volta deste tópico. O que se percebia – embora de maneira sutil e concisa – como discurso humanitário no final do século XIX e começo do século XX, agora pode evocado para a jurisdição dos direitos humanos. Evidentemente não se trata de um manifesto expressivo e de notável permuta em defesa daqueles que já sofrem com o flagelo da inobservância, todavia apelar pelo valor humano em um cenário de clara iniquidade, se torna uma reivindicação por justiça ao impetrar que cesse o tormento de alguém que já responde legalmente por seus crimes.

Um dos trechos relatados por Laranjeiras em sua declaração ao Diário da Noite que mais podem passar despercebidos em meio a denúncias tão sérias e que prendem de imediato a atenção, se dá através da alegação que supostamente legitimaria sua acusação de que a direção da penitenciária teria pleno conhecimento do drama enfrentado por ele, onde o já citado Cavalão Preto, seu desafeto e quase executor, estaria recebendo tratamento privilegiado dos guardas com escoltas pessoais ao sair e voltar do presídio para responder alguma acusação.

Não obstante, o mesmo Cavalão Preto é encontrado sem muita dificuldade perambulando completamente alcoolizado e fedendo á aguardente dentro do prédio. Utilizando também isso ao seu favor, provocando e atacando verbalmente outros presos. É impossível atestar a veracidade do que é dito, porém, através dos indícios e fragmentos históricos encontrados nos documentos deste período, fomos capazes de

mapear a existência de um verdadeiro mercado paralelo dentro da Casa de Detenção que proporcionou a alguns guardas o poder de adquirirem, de maneira ilícita, botinas confeccionadas de maneira manufaturada por alguns detentos que atuavam na oficina de sapataria – oficina essa que o próprio laranjeiras presta serviços – e em troca dos produtos, os encarcerados seriam agraciados com garrafas de aguardente ou dinheiro propriamente dito. Vale a pena o comentário de que o dinheiro nessa conjuntura se apresenta como um elemento facilitador, em uma realidade onde facilmente se reproduzia as mesmas estratificações sociais que pavimenta a sociedade livre.

Essa discussão ainda é capaz de suscitar o debate sobre a permeabilidade dessas instituições, muitas vezes consideradas como totais ou absolutamente fechadas em si mesmo. entretanto, dentro do âmago prisional, com enfoque na Casa de Detenção do Recife, esta aproximação entre o interior e o mundo dos cidadãos livres é uma realidade tangível e factual. Integramos também neste debate a perspectiva de que as conjunturas organizacionais nas quais estão imersas a sociedade como um todo podem incutir diretamente no cotidiano prisional. Em um momento de grande efervescência popular, por exemplo, é bem possível que encontremos entre os encarcerados, partículas dos meandros empreendidos nas políticas externas, focalizando que “apesar, de todos os encerramentos, a prisão não é um mundo fechado e subtraído.” (PERROT, 2017, p.269)

Outro canal que aproximava os detentos da população e da vida cotidiana da cidade era a possibilidade de alguns grupos de detentos por determinação do Código Criminal e do regulamento institucional estarem submetidos a realizar diversos trabalhos. Nas ruas da cidade, portanto, transitavam presos que, se por um lado, tinham sua força de trabalho espoliada pelas instituições públicas, por outro, nessas idas e vindas, interagiam e construíam cumplicidades com os guardas, bem como, com a população das freguesias centrais da cidade.” (BRITTO, 2014, p.115)

As seções e oficinas que atendem ao propósito de desenvolver e comercializar itens para com os demais segmentos sociais, também se apresentam em um cenário que estreita a distância entre os cidadãos livres e os encarcerados. Com isso nos é facilitado o trabalho de avaliar a disparidade tênue existente entre os prisioneiros e o mundo fora das grades. É possível também afirmar que as dificuldades em se reconhecer padrões de comunicações entre estes indivíduos para com o exterior, traduzem-se em um entrave oriundo do segmento social que pertenciam anteriormente, podendo ser lido através das relações de poder e dinâmicas estratégicas adotadas por grupos dominantes ou não, mas que tenham interesse em encarcerar estes sujeitos não apenas em um edifício físico e

tangível, mas em uma realidade esquecível e incommunicável. Trata-se do limiar de uma divisão de espaço social ou uma distinção entre classes populares.

Alguns dos elementos que dão peso às afirmações de Laranjeiras são encontrados nos depoimentos do próprio Cavalito Preto e de Djalma Ferreira. Ambos afirmam, na primeira vez que são inquiridos, que realizaram o ataque inicial por motivações pessoais, em luto pelo guarda Teófilo. Afirmam também que não tinham intenção de ferir gravemente, mas ao adentrar na cela de castigo onde Laranjeiras estava recolhido, o mesmo se muniu de uma faca e partiu para cima de ambos, que só se defenderam e logo se retiraram do raio no qual se encontrava, não recebendo qualquer tipo de auxílio por parte da guarda e carcereiros do presídio, não apresentando respostas para o motivo deste raio estar sem supervisão após as 21:00 da noite.

Essa narrativa foi contraposta pelos próprios depoentes na segunda vez em que foram ouvidos, logo após o pedido de justiça de Laranjeiras ser publicado pelo Diário da Noite. Nesta segunda convocação, Cavalito Preto culpabiliza Djalma Ferreira e atribui a ele a responsabilidade de transitar entre os raios da detenção, já que este exercia a função de chaveiro e tinha muita autoridade entre os detentos e até mesmo os funcionários demonstravam respeito e valorizavam seus conselhos. Reiterou também que não obteve suporte de nenhum guarda e que esses boatos não passam de confabulações levianas. Djalma Ferreira, por sua vez, afirma que ouviu o próprio Cavalito Preto afirmar que teve ajuda dos guardas Paraíba e Caixão de Lixo para a realização da empreitada, assim como constantemente era agraciado por eles com garrafas de aguardente, estando bêbado, inclusive, enquanto proferia essas palavras. Afirmam também que a idealização e confecção do plano saiu da mente vingativa de Cavalito Preto.

Por fim, ao serem inquiridos, os guardas Paraíba e Caixão de Lixo afirmaram não ter conhecimento de nada do que foi declarado por Djalma Ferreira, nem Laranjeiras. Afirmaram também que não existia vigilância entre o raio que Laranjeiras estava recolhido por ser o horário de pausa e lanche dos responsáveis pelo policiamento dali e que os detentos são livres para transitar por entre todos os raios, sempre que quiserem, mesmo tarde da noite. Essas falas são facilmente questionáveis através de uma resolução administrativa exarada em 1953 que vetava e considerava terminantemente proibido o abandono de seus postos pelos guardas durante a noite, tal como impedia o trânsito livre dos encarcerados por entre o prédio sem a devida supervisão. Dito isto, entendemos que as recomendações administrativas muitas vezes

dependem da demanda conjuntural de trabalho para se adaptar as necessidades do corpo de funcionários, porém endossamos que existia um resguardo quanto a estas práticas, já que elas poderiam facilitar atentados, fugas e conspirações dentro da instituição.

Aqui vale a pena mencionar uma das grandes dificuldades encontradas ao manusear fontes policiais ou de origens governamentais no geral, já que estas sempre vão apresentar vozes conflitantes, cabendo ao historiador delimitar até onde vai a voz do sentenciado ou o que o documento quer omitir. No caso dos inquéritos, especificamente, é natural que os depoentes sejam os mais breves possíveis, as vezes até mesmo contraditórios. Fazendo parecer, por vezes, que se trata de indiferença ou falta de disposição para com o processo, no entanto isto se configura apenas como uma estratégia instrumentalizada conscientemente a fim de se auto proteger, ou até mesmo não se enrascar e poder fugir das garras do exercício penal e jurídico. Tão comum quanto, é encontrar entre os autos tentativas claras de culpabilizar algum desafeto ou algum inimigo do passado para conseguir se safar. Isto demanda do historiador que se debruce sobre esse material, a sagacidade de caminhar entre as nuances do documento, sem cair nas armadilhas de uma falsa sensação de dever cumprido. Afinal, nada engana mais ou pode comprometer de maneira mais brutal o trabalho de um historiador, do que a euforia incauta de um precioso achado documental.

Desempenha papel relevante entre as minúcias dessa discussão o entendimento de que, entre os encarcerados, suas experiências e vivências prévias representam orientação de acoplamento entre os dois mundos, sendo um elemento imprescindível que constituirá objeto de referência no que concernem as ações e práticas diárias dentro da prisão. Estas vivências sociais prévias são essenciais para demarcar coletivamente estes corpos sem nos limitarmos ao estigma que adquirem após a introdução no sistema penal, deste modo, tratamos estas figuras como sujeitos históricos com um acervo sociocultural exógeno ao aparelho penal e que não pode ser pifamente enquadrado (em uma totalidade), como uma resposta adaptativa ao cárcere.

Referências

ALBUQUERQUE neto, Flávio de Sá Cavalcanti. **A reforma prisional no Recife Oitocentista: da Cadeia à Casa de Detenção (1830-1874)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

ALBUQUERQUE Neto, Flávio de Sá Cavalcanti. **Punir, recuperar, lucrar** :o trabalho penal na casa de detenção do Recife (1862-1879). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2015

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e crítica cultural. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRITTO, Aurélio de Moura. **“O germe da indisciplina”**: negociações, embates e enfrentamentos coletivos na Casa de Detenção do Recife (1930-1935). Tese- (Doutorado em História) Universidade Federal de Pernambuco. /Recife. – 2019

BRITTO, Aurélio de Moura. **Fissuras no ordenamento**: sociabilidades, fluxos e percalços na casa de detenção do Recife (1861-1875). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2019.

CARNEIRO, Vinicius Gonçalves. **História Cultural da Imprensa**. Revista Navegações, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 112-114, jan./jun. 2012. Disponível em: revistaseletronicas.pucrs.br. Acesso em: 28/09/2022

CESAR, Tiago da Silva . **A ilusão panóptica**: encarcerar e punir nas imperiais cadeias da província de São Pedro (1850-1888). São Leopoldo: Oikos, 2012.

CESAR, Tiago da Silva . **As prisioneiras de Clio**. In: Ana Silvia Volpi Scott, José Carlos da Silva Cardozo, Jonathan Fachini da Silva. (Org.). **História das mulheres no Brasil Meridional**. 1ed.São Leopoldo: Oikos/Editora Unisinos, 2022, v. , p. 185-243.

SILVA FILHO, Aluizio Medeiros da. **Cotidiano violento no Recife**: controle social na redemocratização (1946-1964). Tese- (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2014.

DIRCEU, Ferreira franco. **Rebelião e reforma em São Paulo**: Aspectos socioeconômicos e desdobramentos políticos da primeira fuga em massa de um presídio brasileiro (Ilha Anchieta, 1952). Dissertação – (Mestrado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo. 2016.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Editora Vozes, 1987

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979

GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. Ed, Rio de Janeiro: LTC, 2004.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

GOMES DA COSTA, A. C. **Os Regimes de Atendimento no Estatuto da Criança e do Adolescente**: perspectivas e desafios. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006

GOIS, Mariana Emanuelle Barreto de. **Nas muralhas sombrias**: Experiências Carcerárias na Penitenciária Modelo. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019.

MELOSSI, Dário; PAVARANI, Massimo; **Cárcere e fábrica**: as origens do sistema penitenciário, séculos XVI-XIX. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

MONSMA, Karl. **Histórias de violência**: inquéritos policiais e processos criminais como fontes para o Estudo de relações interétnicas”. In: DEMARTINI, Zélia de Brito Fabri; TRUZZI, Oswaldo (org.). **Estudos migratórios**: perspectivas metodológicas. São Carlos: EDUFSCAR, 2005.

MOREL apud COIMBRA, C. Operação Rio: **O mito das classes perigosas**: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 2001.

PEDROSO, Célia Pedroso. **Os signos da opressão**: História e violência nas prisões brasileiras/ São Paulo: Arquivo do Estado, 2002.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. **Punição e estrutura social**. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

SALLA, Fernando. **As prisões em São Paulo**: 1822-1940. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1999

SANTOS, myrian Sepúlveda. **Os porões da Republica**: A barbárie nas prisões de ilha grande. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SCOTT, James C.. **A dominação e a arte da resistência**: Discursos Ocultos. 1ª edição. Lisboa: Letra Livre, 2013.

SÜSSEKIND, Elizabeth. **Estratégias de sobrevivência e de convivência nas prisões do Rio de Janeiro**. Tese – (Doutorado em História) - Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014.

THOMPSON, E.P. **A Formação da classe operária inglesa**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 3 vol.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1982.